

TRABALHO E EDUCAÇÃO: UM ESTUDO SOBRE JOVENS ESTUDANTES-TRABALHADORES UNIVERSITÁRIOS NO INTERIOR DA BAHIA

Work and education: a study on young university student-workers in the countryside of Bahia

Luiz Paulo Jesus de Oliveira

Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Campus de Cachoeira, BA, Brasil.

Ivan Faria

Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS), Feira de Santana, BA, Brasil.

Informações do artigo

Recebido em 31/10/2024

Aceito em 18/11/2024

doi>: <https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n263.p629-663>

Copyright (c) 2024 Luiz Paulo Jesus de Oliveira, Ivan Faria.



Esta obra está licenciada com uma Licença [Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Você é livre para:

Compartilhar — copiar e redistribuir o material em qualquer meio ou formato.

Adaptar — remixar, transformar e construir sobre o material para qualquer finalidade, mesmo comercialmente.

Apoio

Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

Como ser citado (modelo ABNT)

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de; FARIA, Ivan. Trabalho e educação: um estudo sobre jovens estudantes-trabalhadores universitários no interior da Bahia.

Cadernos do CEAS: Revista Crítica de Humanidades.

Salvador/Recife, v. 49, n. 263, p. 629-663, set./dez. 2024.

DOI: [https://doi.org/10.25247/2447-](https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n263.p629-663)

[861X.2024.n263.p629-663](https://doi.org/10.25247/2447-861X.2024.n263.p629-663)

Resumo

O presente artigo objetivo investigar como têm sido construídas as relações entre estudar e trabalhar entre jovens estudantes em duas universidades públicas, a saber: a UFRB e a UEFS. Também busca-se traçar o perfil sociodemográfico dos estudantes e as especificidades das suas inserções no mercado de trabalho regional, historicamente marcados pela precariedade e instabilidade. Trata-se de uma pesquisa de natureza quanti-quali, cuja amostra é composta por 150 jovens universitários de oito cursos de graduação distintos (licenciaturas e bacharelados, com alto ou baixo prestígio social), dialogando com dados da PNAD Contínua/Educação (2023) e outras pesquisas que têm traçado o perfil do universitário brasileiro. Os resultados encontrados confirmam aspectos relevantes das mutações e da complexidade da categoria estudante-trabalhador, sobretudo, seu caráter móvel, descontínuo e instável. Ressaltam a importância do trabalho na vida dos jovens universitários oriundos de classe popular para sua permanência nas universidades públicas. Apesar de semelhanças, os dados apontam também diferenças importantes entre as condições de inserção profissional nos mercados de trabalho regionais de Feira de Santana e do Recôncavo, com desvantagem de oportunidades para este último contexto. A expansão e a interiorização do ensino superior no Brasil resultaram em mudanças significativas no perfil socioeconômico, nos percursos de escolarização e na origem familiar de seus ingressantes. No entanto, tais mudanças evidenciam a urgência de políticas educacionais que ofereçam melhores suportes aos estudantes trabalhadores, tanto materiais quanto simbólicos, para que eles consigam usufruir de modo pleno de sua condição de jovem-estudante-universitário.

Palavras-chave: Juventude universitária. Estudante trabalhador. Mercado de trabalho.

Abstract

This article investigates the interplay between work and study among young students at two public universities in Bahia, UFRB and UEFS. It outlines the students' sociodemographic profile and the specificities of their involvement in the regional labor market, which has historically been marked by precariousness and instability. This is a qualitative and quantitative study with a sample of 150 university students from eight different undergraduate programs (both teaching and bachelor's degrees, with varying levels of social prestige). This research dialogues with data from PNAD Contínua/Educação (2023) and other studies profiling Brazilian university students. The findings underscore critical aspects of the transformations and complexities characterizing student-workers, particularly the mobile, discontinuous, and unstable nature of this group. The study emphasizes the significance of work for young university students from working-class backgrounds in sustaining their enrollment in public universities. While there are notable similarities, the data reveal remarkable differences in the conditions for professional integration between the regional labor markets of Feira de Santana and the Recôncavo region, with the latter facing greater disadvantages. The expansion and decentralization of higher education in Brazil have led to important changes in the socioeconomic profiles, educational trajectories, and family backgrounds of university entrants. However, these shifts underscore the urgent need for educational policies that provide greater material and symbolic support to working students, enabling them to fully experience their status as university students.

Keywords: University youth. Working student. Labor market.

INTRODUÇÃO

O mundo do trabalho tem sido transformado de forma acelerada nas últimas décadas a partir das necessidades de reestruturação do sistema capitalista. A economia globalizada produziu mudanças significativas nas formas e relações de trabalho, acentuando desigualdades socioespaciais historicamente consolidadas entre o norte e o sul global, além de produzir novas formas de exploração e de configuração das relações de produção.

Os deslocamentos de polos industriais para países do sul global, especialmente asiáticos, a informatização dos processos de produção e consumo e a crescente terciarização da economia são algumas das marcas da reestruturação produtiva contemporânea. Para operar tais mudanças de modo mais eficiente, é necessária maior flexibilização e desregulamentação das formas estabelecidas de trabalho, redundando em vínculos e modelos de remuneração mais instáveis, informais e precários.

As tecnologias da informação e da comunicação, a despeito da sua massiva e crescente incorporação na vida produtiva, não só não fizeram desaparecer formas convencionais de exploração, como aquelas vivenciadas por trabalhadores dos setores agropecuário, dos serviços domésticos, da construção civil, do transporte etc., como também incorporam de forma crescente recursos tecnológicos, a exemplo de entregadores e motoristas, que atuam em plataformas digitais (Antunes, 2018).

O mito de um “capitalismo maquinico”, sustentado pela industrialização e informatização, e cercado de otimismo a partir da redução da carga horária e do sofrimento do trabalhador, não se confirmou. Ao lado do crescente declínio do proletariado industrial, nos moldes tayloristas-fordistas, há uma expansão dos novos contingentes de trabalhadores e trabalhadoras, principalmente no setor de serviços, submetidos às novas modalidades de trabalho em tempo parcial e/ou com vínculos temporários ou terceirizados, além daqueles que realizam o empresariamento de si mesmos, que assumem contornos concretos sob a forma de contratos “uberizados”, “pejotizados” e “intermitentes” que intensificam a precarização, a perda de direitos trabalhistas e o aumento do adoecimento no ambiente laboral (Antunes, 2014; 2018).

Essas novas morfologias do trabalho são ainda mais matizadas quando pensadas a partir das condições e experiências de grupos e indivíduos de diferentes classes sociais, gêneros, raças, territórios, qualificações e gerações. Esta última dimensão é central para a discussão aqui proposta, uma vez que, do ponto de vista etário, a juventude é o segmento que tem sido afetado de forma mais contundente pelas mais elevadas taxas de desemprego, flexibilização e precarização do trabalho. Na condição de “recém-chegados” ao mercado de trabalho (Castel, 2010), os jovens

trabalhadores estão em situação de desvantagem social e se constituem como um dos segmentos da classe trabalhadora mais vulneráveis às consequências sociais da precarização do trabalho no Brasil nas últimas décadas (Oliveira, 2019).

No relatório *Employment Trends for Youth 2024: decent work, brighter futures*, da International Labour Organization (2024), os dados mostram que, apesar de haver ligeiros sinais de recuperação da estrutura geral do trabalho juvenil no mundo pós-pandemia, em 2023, as taxas mundiais de desemprego juvenil ainda permaneciam elevadas com cerca de um quinto na condição de “nem-nem”, sendo que dois terços destes eram do gênero feminino e com índices ainda mais acentuados nos países da periferia global. Além disso, quando ocupada, cerca da metade da população juvenil ainda permanece vinculada a empregos informais, ou seja, há um déficit elevado de trabalho decente para jovens em escala global.

De acordo com os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua – Educação (PNADC- Educação), em 2023, tendo como parâmetro a população de 48,5 milhões de pessoas com idade entre 15 e 29 anos, 26,5 milhões de jovens estavam ocupados, embora 45% delas na condição de informalidade (IBGE, 2023). O público mais jovem quase sempre está vinculado a pequenas ou microempresas ou a atividades informais, o que implica raramente a contratação na condição de aprendiz ou com carteira assinada.

Mesmo quando considerado que temos a geração mais escolarizada da história, com a recente ampliação das possibilidades de formação nas etapas finais da educação básica e no ensino superior, o trabalho não perdeu sua centralidade na vida de jovens no Brasil. No modelo ideal de transição para a vida adulta, o trabalho se configura como um projeto de futuro elaborado, mas “[...] no Brasil, ele já é vivido por muitos no presente, fazendo com que a transição à vida adulta seja vivida de modo peculiar” (Tartuce, 2007, p. 32). As políticas de promoção de acesso à universidade não conseguiram evitar a expansão de jovens que precisam conciliar trabalho e estudos (Tommasi; Corrochano, 2020).

Os estudantes-trabalhadores no ensino superior no Brasil, em especial nas universidades públicas, têm sido objeto de estudo sociológico desde a década de 1960 (Foracchi, 1965; Sposito *et al.*, 1989; Cardoso, Sampaio, 1994), tendo relevância acadêmica e política significativa no contexto da expansão do ensino superior a partir da década de 2000 (Comim, Barbosa, 2011; Jardim, Almeida, 2016; Vargas, Paula, 2013; Trópia, Souza, 2023), e principalmente, no período de recente de devastação social das políticas ultraliberais do governo Bolsonaro (2019-2022), que resultaram em uma piora significativa das condições socioeconômicas das famílias, em decorrência do aumento do desemprego, da intensificação da precarização do trabalho e redução da renda familiar, que

associadas à crise econômica, à crise sanitária da Covid-19 e à redução dos gastos públicos na educação contribuíram para aumento da pressão dos jovens estudantes universitários sobre o mercado de trabalho.

Segundo os dados da PNAD Contínua/Educação (IBGE, 2023a), em 2023¹, aproximadamente 6,3 milhões de jovens de 18 a 29 anos frequentavam o ensino superior no Brasil, sendo que 66,4% dos jovens universitários estavam inseridos no mercado de trabalho (4,2 milhões) e 33,6% apenas estudavam (2,1 milhões). Ao longo da última década, observa-se que a proporção de jovens universitários integrados ao mercado de trabalho permaneceu inalterada, uma vez que, em 2013, o percentual de jovens estudantes trabalhadores era de 66,9%². Isso evidencia que conciliar os estudos e o trabalho durante o ensino superior no Brasil se configura como um aspecto estruturante da condição juvenil universitária, tanto em instituições de ensino superior privadas quanto públicas. Em termos absolutos, observa-se um incremento de aproximadamente mais de 1 milhão de estudantes de 18 a 29 anos em uma década, sendo 700 mil jovens estudantes trabalhadores e 388 mil que apenas estudavam.

Aqui cabe problematizar as novas configurações das relações que os estudantes estabelecem com o trabalho. Há uma tipologia consolidada que distingue as categorias do estudante-trabalhador – aquele cujo ofício principal é ser discente – e do trabalhador-estudante – que prioriza a vida laboral, mas que busca a formação para manutenção, ascensão ou reconversão profissional (Vargas; Paula, 2013). Conquanto o estabelecimento de tais distinções seja didático, as fronteiras entre as experiências de trabalhar e estudar muitas vezes se misturam, como nos casos dos estágios, que permitem obter remuneração e formação por discentes, ao mesmo tempo que podem implicar elevadas jornadas e responsabilidades sob baixa remuneração, compondo quadros de precarização do trabalho, com uso predatório da força de trabalho dos jovens universitários e com o aumento da lucratividade e redução de custos para os empregadores. Além disso, as relações que jovens estabelecem com o mundo laboral são marcadas por diversas formas invisibilizadas de trabalho, não apenas os de natureza doméstica e de cuidado, mas também por atividades temporárias e informais, conhecidas como “bicos”, além daquelas que dependem de iniciativa própria, como no caso dos “empreendedores”.

Embora a correlação entre nível de escolaridade e possibilidades de inserção social e profissional permaneça sendo positiva, entre jovens com poucos anos de escolarização as taxas de desemprego são menores, mas em postos de trabalho mais precários e com baixa remuneração.

¹ Os dados foram extraídos da PNAD Contínua/Educação 2023 (IBGE, 2023a).

² Os dados foram extraídos da PNAD- 2013, anual, dados acumulados da 1ª visita.

Mesmo a expansão do ensino superior nas últimas décadas, tanto na rede pública quanto privada, em si, não garantiu processos mais contínuos entre a formação e o ingresso no mercado de trabalho, já que estão sujeitos às oscilações da economia e, consequentemente, da estrutura geral do trabalho, tanto em nível global, quanto nacional e regional.

Nesse cenário, há de se considerar a diversidade de experiências laborais e de formação vivenciadas por jovens em contextos específicos, como é o caso da Bahia. A realidade a ser investigada aqui envolve particularidades, como a bastante tardia expansão do ensino superior, as persistentes e elevadas taxas de desemprego e subemprego e as mutações da economia, com diferentes ciclos de expansão e retração industrial no estado.

No campo do trabalho, apesar de o país atingir a menor marca de desocupação desde 2013, com taxa de 6,8% no segundo trimestre de 2024, entre os mais jovens, os indicadores permanecem elevados e negativos, com 28,2 % e 14,3%, para os grupos de 14 a 17 anos e 18 a 24 anos, respectivamente (IBGE, 2024). A Bahia, apesar da tendência à redução, ainda é um dos estados com maiores taxas de desemprego do país, com 11,1%, atrás apenas de Pernambuco, com 11,5% (IBGE, 2024).

Na esfera da educação, a democratização de acesso às etapas mais avançadas do sistema educacional é recente no país e, ainda mais na Bahia, constituindo um processo lento e desigual. A primeira universidade federal, a Universidade Federal da Bahia (UFBA), foi implantada apenas no final dos anos 1940, permanecendo como única até 2002. Já as instituições estaduais, apesar criadas apenas na década de 1970, tiveram papel importantíssimo na expansão e interiorização do ensino, ocupando diversas regiões do estado, com a implantação da Estadual de Feira de Santana (UEFS), seguida de outras três instituições, a Universidade Estadual da Bahia (UNEB), a Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC) e a Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), fundando *campi* em quase trinta municípios.

Com a política pública de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), no primeiro mandato do presidente Luis Inácio Lula da Silva, diversas universidades e *campi* foram criadas na Bahia, como a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB) em 2005, a Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) em 2013, a Universidade Federal do Oeste da Bahia (UFOB), também em 2013, além dos *campi* da Universidade Federal do Vale do São Francisco (UNIVASF), além da ampliação dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia (IFs) implantados em mais de 30 cidades.

Refletir sobre as condições socioeconômicas dos discentes do ensino superior brasileiro, e da UEFS e da UFRB, em particular, permite compreender melhor as vinculações e as expectativas

que estes jovens estabelecem com o trabalho e educação em seus processos de transição para a vida adulta, o que põe em evidência a relevância social e acadêmica das pesquisas sobre a temática.

A presente investigação se insere em um contexto de transformações nos mundos do trabalho e da educação superior e em escala global, mas busca destacar as singularidades das relações entre contextos estruturais e experiências de estudantes universitários inseridos em cidades do interior da Bahia. A opção pelas universidades UFRB e UEFS deu-se por considerar que, apesar de estarem situadas em territórios contíguos, envolvem realidades territoriais, socioeconômicas e institucionais diversas para estudar e trabalhar³. É neste cenário que se torna relevante analisar quem são e o que fazem os jovens estudantes universitários no mercado de trabalho no Brasil e em escala regional.

Desse modo, a partir de diferentes cenários de oferta educacional e realidades socioeconômicas, é proposto investigar como têm sido construídas as relações entre estudar e trabalhar entre jovens estudantes em duas universidades públicas, a saber: a UFRB e a UEFS. Também busca-se traçar o perfil sociodemográfico dos estudantes e as especificidades das suas inserções no mercado de trabalho regional, historicamente marcados pela precariedade e instabilidade.

A pesquisa se articula a uma investigação mais ampla de natureza quanti-quali, mas para o presente trabalho foram privilegiados apenas dados quantitativos, tanto de fontes oficiais, como da PNAD Contínua, sobre a situação de trabalho e estudo dos jovens universitários no Brasil, quanto produzidos por trabalho de campo desenvolvido na UEFS e na UFRB. A investigação empírica contou com uma amostra selecionada por conveniência de 150 estudantes com idades entre 18 e 32 anos, que estavam cursando os quatro primeiros semestres da graduação e se dispuseram a participar do estudo, oriundos de 50 diferentes municípios, incluindo de quatro outros estados. Foram selecionados oito cursos de graduação com perfis distintos, a fim de apresentar um cenário plural em termos de área de conhecimento e prestígio social, sendo quatro da UFRB (Ciências Sociais, História, Cinema e Agronomia) e quatro da UEFS (Pedagogia, Educação Física, Matemática e Direito).

O trabalho de campo se desenvolveu entre os anos de 2019 e 2020 e envolveu a aplicação de um questionário socioeconômico e de opinião sobre experiências acadêmicas. O instrumento foi

³ A primeira instituição possui menos de 20 anos de fundação, e possui *campi* em seis municípios e diferentes Territórios de Identidade: Cruz das Almas, Santo Antonio de Jesus, Cachoeira e Santo Amaro (Recôncavo da Bahia), Amargosa (Vale do Jiquiriçá) e Feira de Santana (Portal do Sertão). A outra universidade possui quase 50 anos de existência e está situada no segundo maior município da Bahia, Feira de Santana.

construído pelos autores do estudo e sua equipe de pesquisadores, e é constituído por 83 questões (abertas, com itens de múltipla escolha e de escala *Likert*), a fim de caracterizar o perfil socioeconômico dos discentes, suas experiências de estudo e trabalho, bem como suas percepções sobre as condições de ingresso, adaptação e permanência na universidade. Já os dados da PNAD Contínua foram analisados tendo como recorte etário os jovens de 18 a 29 anos que frequentavam o ensino superior em cursos de graduação no Brasil.

Além desta introdução e das considerações finais, o trabalho está estruturado em três blocos temáticos, sendo que o primeiro debate as relações tecidas pela juventude com a educação e o trabalho, seguido da exploração da realidade de jovens estudantes-trabalhadores no contexto da expansão do ensino superior no Brasil e, por fim, são enfocados os desafios para trabalhar e estudar entre estudantes de universidades públicas no interior do estado da Bahia.

JUVENTUDE, TRABALHO E EDUCAÇÃO: SITUANDO O DEBATE

No Brasil, desde a década de 1980, há uma produção científica considerável sobre “a situação de trabalhar e estudar”, associada à expansão da oferta das matrículas nas escolas públicas e à incorporação de estudantes das classes trabalhadoras e populares, principalmente na escola noturna, o que expressava a força dos movimentos sociais, sindicatos, organizações populares na construção e reivindicação coletivas em torno do direito à educação dos jovens e adultos trabalhadores.

O estado da arte sobre “Juventude e escolarização” no âmbito da pós-graduação (1980-1998), coordenado por Marília Sposito (2002), indicava que o binômio educação e trabalho se configurava como campo de investigação em ascensão, sendo que as categorias “estudante-trabalhador” e “trabalhador-estudante” ganharam relevância analítica nos estudos e pesquisas sobre os processos de escolarização dos jovens e o mundo do trabalho.

Na última década, a maior presença dos jovens e adultos trabalhadores no ensino superior em face da expansão da oferta de vagas e do acesso a esta modalidade de educação emerge como uma das questões problematizadas na área de estudos sobre trabalho e educação (Comim, Barbosa, 2011; Jardim, Almeida, 2016; Abramo; Venturi, Corrochano, 2020). Contudo, as situações de jovens estudantes trabalhadores permanecem invisibilizadas pelas instituições de ensino superior e pelas políticas educacionais em geral.

Os dados socioeducacionais na última década apontam que a proporção de jovens universitários trabalhadores é bastante representativa, de tal modo que, em 2023, estima-se que

66,4% dos jovens de 18 a 29 anos (IBGE, 2023a) vivenciaram a condição universitária em concomitância com a condição de trabalhadores, o que indica a importância do trabalho como condição necessária para assegurar a presença dos jovens nas instituições de ensino superior, inclusive nas universidades públicas, no contexto do avanço das políticas neoliberais, das reformas trabalhistas e da previdência, das consequências devastadoras da pandemia da Covid-19 em 2020 e da ação negacionista do governo federal da época. O estudo desenvolvido por Antonio Galleão (2020) sobre trabalhador-estudante de cursos de graduação no Brasil, a partir de informações secundárias do Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes (Enade/INEP) de 2014 a 2018, apontou que 93% da amostra investigada era composta por estudantes trabalhadores, sendo que 55,84% tinham até 29 anos, ratificando a relevância da temática na compreensão das mutações ocorridas no perfil dos estudantes universitário no período recente.

A análise empreendida por Paulo Carrano (2009) ressalta que os estudos sobre jovens universitários tendem a privilegiar a análise de vida estudantil a partir de uma perspectiva institucional e da condição unilateral de estudante, ignorando outras variáveis socioculturais. A prevalência de pesquisas sobre os jovens apreendidos enquanto estudantes universitários é coerente com certa tradição da Sociologia da Educação no Brasil, cuja produção intelectual mais representativa foi desenvolvida por Marialice Foracchi na década de 1960 (Spósito; Tarábola, 2017).

Em seu livro *O estudante e a transformação da sociedade brasileira*, Marialice Foracchi (1965) aciona uma refinada análise sociológica para demonstrar como o trabalho se configura como uma chave explicativa para compreensão dos jovens na condição de estudantes universitários, uma vez que “[...] o trabalho representa para o estudante a possibilidade efetiva de manter-se como estudante” (Foracchi, 1965, p. 128). A referida autora lança mão de tipologia social de situações de trabalho de jovens universitários, cujas potencialidades emancipatórias do trabalho dependem das condições sociais de sua realização, da natureza do trabalho e de seu significado atribuído pelo estudante. Esta tipologia é constituída de três situações típicas: i) “estudante-trabalhador”; ii) “trabalhador-estudante”; e iii) o “estudante mantido pela família”, que dispõe de dedicação integral aos estudos e à formação acadêmica. Nesse sentido, Foracchi (1965, p. 46) afirma que:

O estudante que trabalha não depende, como é óbvio, da colaboração financeira da família para prosseguir nos estudos, mas, pelo contrário, com frequência a auxilia. Na maior parte das vezes, o estudante trabalha para poder estudar, tem de dedicar-se a uma atividade remunerada que lhe permita sustentar-se e acudir às despesas familiar... O trabalho e o estudo podem ser conjugados porque existe tanto o trabalho parcial, quanto os cursos noturnos.

O estudo realizado por Ruth Cardoso e Helena Sampaio (1994) ratifica a tese de que estudo e trabalho não são atividades excludentes, mas uma realidade do ensino superior no Brasil na década de 1990. De acordo com as autoras, “o trabalho do estudante está determinado pela própria condição de estudante”, em razão da própria dinâmica acadêmica de funcionamento dos cursos, sendo que o acesso ao trabalho é um eixo estruturante da vivência da condição juvenil dos discentes do ensino superior (Cardoso; Sampaio, 1994, p. 30-31).

De acordo com a pesquisa realizada por Terribili Filho (2007), a categoria *estudante trabalhador* tem uma presença histórica significativa na educação superior brasileira, principalmente no ensino superior noturno. A vida de tais sujeitos estaria circunscrita por uma dinâmica social de extensas jornadas de trabalho, dispêndio significativo de tempo de deslocamento entre local de moradia-trabalho-universidade, a ausência de transporte público de qualidade, a exposição aos riscos dos grandes centros urbanos, principalmente a violência urbana, alimentação inadequada e cansaço físico que interferem diretamente na frequência às aulas, na motivação e no desempenho acadêmico dos estudantes. Tomando como referência as tipologias do estudante universitário propostas por Foracchi (1965) e Romanelli (1995), Terribili Filho (2007, p. 61) propõe um modelo ampliado, sendo composto da seguinte maneira:

(1) estudante: a pessoa que só estuda, independentemente do período de suas aulas; sua subsistência não é necessariamente exclusiva de apoio familiar, pois pode contar com financiamento estudantil, bolsa de estudo, programas sociais de governo e/ou de universidades públicas, etc.; (2) estudante-trabalhador: o jovem que tem o estudo como principal atividade, porém, exerce alguma atividade remunerada, podendo ser estágio, trabalho formal, informal ou temporário; o termo não indica que tenha necessariamente dependência financeira da família, mas sim, que sua formação superior é sua prioridade; outro aspecto relevante é que sua atividade profissional momentânea pode ou não estar vinculada à área de atuação pretendida pelo estudante quando da conclusão do curso de graduação; e, (3) trabalhador-estudante: a pessoa que já tem como atividade primária o trabalho, mas que busca através de um curso de graduação, a complementação de conhecimentos, ou mesmo, um diploma para aprimorar sua qualificação profissional ou para ascender na empresa em que trabalha (Grifos Nossos).

Nessa direção, Trópia e Souza (2023, p. 4) destacam que há duas dimensões analíticas centrais na compreensão da relação entre os estudantes universitários e o trabalho, a saber: “(i) se o estudante necessita ou não trabalhar; e (ii) em caso de necessidade, se está ou não ocupado”. Essas duas dimensões estabelecem parâmetros, uma vez que a primeira dimensão busca captar a centralidade da necessidade de trabalhar para estudar ou não; e a segunda dimensão possibilita captar a condição de ocupação dos estudantes, ou seja, se a necessidade de trabalhar se realiza em ocupações, em tempo parcial ou integral, geralmente precárias e instáveis, ou se a necessidade de

trabalhar não se efetiva de forma alguma, caracterizando a procura de inserção profissional de curta ou de longa duração.

Se é verdade que estudo e trabalho fazem parte do cotidiano de parcela significativa dos jovens universitários no Brasil, também é preciso reconhecer os desafios enfrentados para conciliar essas duas situações sociais em face de lógicas distintas e nem sempre harmônicas, presentes nas instituições de ensino superior e nas organizações do mundo do trabalho. As mudanças ocorridas no padrão de inserção dos jovens no mercado de trabalho nas últimas duas décadas, marcadas pelo fluxo contínuo entre trabalho precário e instável, perdas trabalhistas e desemprego, implicaram uma redefinição da categoria analítica estudante-trabalhador para além da condição de “ocupados” e incorporou a parcela dos estudantes que estão à procura de trabalho, ou seja, que estão na condição de desocupados ou desempregados, para usarmos o termo mais usual e conhecidos pelos jovens trabalhadores.

Por essa razão, neste estudo, adotaremos a seguinte tipologia dos estudantes universitários: 1) *os estudantes que apenas estudam*, os quais possuem condições socioeconômicas e familiares que permitem a dedicação integral à vida acadêmica universitária; 2) *os estudantes trabalhadores*, os quais são compostos por aqueles que *estudam e trabalham* (estudantes ocupados) e os que *estudam e estão à procura de trabalho* (os estudantes desocupados/desempregados), cuja condição de classe se impõe como elemento determinante da necessidade de trabalhar para prosseguir e permanecer nos estudos universitários.

As transformações ocorridas no processo de transição entre a universidade e o mundo do trabalho no Brasil nas últimas décadas indicam que os jovens que vivenciam as situações de trabalhar e estudar simultaneamente não seguem um padrão linear, podendo haver múltiplas combinações entre os marcadores sociais presentes em suas vidas (classe social, raça, gênero, orientação sexual, religiosa etc.). Ademais, a relação entre estudar e trabalhar nas trajetórias juvenis não pode ser tomada enquanto situação estática, de modo a classificar os jovens em categorias analíticas absolutas (Abramo, Venturi, Corrochano, 2020; Franzói *et al.*, 2019).

JOVENS ESTUDANTES-TRABALHADORES NO CONTEXTO DA EXPANSÃO DO ENSINO SUPERIOR NO BRASIL

Na literatura especializada no campo da sociologia da educação e da juventude, é consenso que o processo de expansão e interiorização do ensino superior no Brasil nas últimas décadas, bem como a introdução de novos mecanismos de seleção e de acesso (sistemas de reserva de vagas por

cotas sociais e raciais, o Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM, o Sistema de Seleção Unificada – SISU) promoveram mudanças significativas no perfil socioeconômico e cultural dos estudantes universitários, com a incorporação de grupos historicamente excluídos, notadamente jovens estudantes-trabalhadores das camadas populares, negros, indígenas, do campo, pobres e, reconfigurando o rosto estudantil das instituições de ensino, em especial das universidades públicas (Senkevics, 2021; Matos *et al.*, 2023).

Também é consenso que a expansão da oferta do ensino superior no período dos governos dos presidentes Lula e Dilma intensificou o processo de mercantilização do setor, impulsionado nos anos de 1990 pelo governo de Fernando de Henrique Cardoso, sendo que a expansão da oferta se deu mediante o crescimento expressivo do número de instituições e de vagas de cursos de ensino superior no setor privado, principalmente na modalidade dos cursos de Educação a Distância (EaD), muitas vezes subsidiadas com recursos públicos do Fundo de Financiamento Estudantil (FIES) e do Programa Universidade Para Todos (PROUNI) (Lima, Druck, Filgueiras, 2017; Matos *et al.*, 2023).

Segundo o Censo da Educação do Superior (INEP/MEC), entre os anos de 2012 e 2022 foram criadas 2.404.909 matrículas de graduação, o que representa um crescimento de 34,1% no referido período, não apresentando o mesmo ritmo observado nos anos da década de 2000⁴. Os impactos da conjuntura política, da crise econômica pós-golpe (2016), que ocasionou o impeachment da presidenta Dilma e as medidas adotadas no governo ultraliberal de Jair Bolsonaro, por meio de cortes e bloqueios orçamentários nas áreas sociais, em especial na educação, foram determinantes para a estagnação da expansão das vagas do Ensino Superior, principalmente na rede pública federal. Por outro lado, ocorreu um crescimento vertiginoso do número de matrículas nos cursos EaD nas instituições de ensino da rede privada com fins lucrativos, no patamar de 127,5% no mesmo período.

Durante o governo Bolsonaro, o número de vagas em cursos EaD cresceu aproximadamente 139,5%, enquanto as vagas em cursos presenciais foram reduzidas em 11%. Em 2022, o número de ingressantes em cursos de graduação EaD atingiu a marca histórica de 3 milhões de novos estudantes, representando 65% do total. Portanto, para além do ataque à ciência, a educação e as universidades públicas, a marca da gestão neoliberal ultraconservadora do governo do Bolsonaro foi a atuação orgânica do aparelho do estado, em especial do Ministério da Educação (MEC), a favor

⁴ Entre os anos de 2002 e 2012 o número de matrículas praticamente dobrou (99,9%), passando de 3.520.627 para 7.037.688 respectivamente (INEP, 2023).

dos interesses dos grandes aglomerados do setor educacional privado (Andrade, 2023; Azevedo; Moraes; Catani, 2023).

Dentre as fontes de dados secundários disponíveis para mensurar o perfil e as principais características da inserção dos jovens estudantes universitários no mercado de trabalho, optamos pela utilização dos microdados da PNAD Contínua/Educação⁵ do ano de 2023, cujas variáveis e o desenho amostral da pesquisa possibilitam uma compreensão mais abrangente e inferências globais sobre a situação de trabalho e estudo dos jovens no ensino superior em escala nacional e regional. No entanto, cabe destacar que as informações disponíveis não permitem uma compreensão detalhada das trajetórias e vivências juvenis universitárias no mundo do trabalho, embora os dados da pesquisa de campo, a serem apresentados na próxima seção, irão contribuir para compreender as especificidades da condição de jovens estudantes trabalhadores em contexto de mercados de trabalho regionais, historicamente marcados pela heterogeneidade e precariedade do trabalho, a exemplo da realidade do mercado de trabalho no interior do Estado da Bahia, destacadamente nos territórios do Portão do Sertão, sobretudo na região metropolitana de Feira de Santana e do Recôncavo, com destaque para os municípios contíguos a Santo Antonio de Jesus e Cruz das Almas

No que se refere aos critérios de mensuração dos jovens no mercado de trabalho, uma forma convencional seria classificá-los como todos os indivíduos que fazem parte de uma mesma faixa etária. No entanto, tais limites de idade não são fixos, podendo se alterar conforme os dispositivos de fabricação da juventude, sendo, portanto, arbitrariamente definidos, conforme demonstrou Pierre Bourdieu (1983). A partir de 2005, o Brasil passou a adotar os padrões internacionais, e desde então, consideram-se como jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos. Contudo, independente dos limites etários adotados, concordamos com a posição de Regina Novais, sinalizando que “qualquer que seja a faixa etária estabelecida, jovens com idades iguais vivem juventudes desiguais” (Novaes, 2006, p. 105).

A análise que apresentaremos a seguir, com base nos dados da PNAD Contínua/Educação - 2023 tem como recorte etário os jovens de 18 a 29 anos que frequentavam o ensino superior em

⁵ De acordo com informações do IBGE, a PNAD Contínua investiga, trimestralmente, um conjunto de informações sobre a dinâmica do mercado de trabalho, e anualmente, temas estruturais da realidade brasileira, a exemplo da educação. Na pesquisa trimestral, coletam-se informações básicas sobre características de educação das pessoas de 5 anos ou mais de idade, com o objetivo de auxiliar na análise das dinâmicas conjunturais de trabalho; e, na pesquisa anual, realizada no segundo trimestre de cada ano civil, coletam-se informações mais amplas, através de um questionário aplicado a todas as pessoas da amostra, objetivando apresentar um retrato detalhado da situação educacional do país. Portanto, considerando os objetivos deste artigo, a utilização dos dados PNAD Contínua - suplemento Educação se mostra mais adequada na compreensão da situação de trabalho e estudos dos jovens universitários no Brasil (IBGE, 2023a).

cursos de graduação. Embora a faixa etária adequada para o ensino superior seja entre 18 e 24 anos, nem sempre os jovens dessa faixa etária dispõem das condições objetivas para acessá-lo, o que expressa na sua taxa de frequência ao ensino superior (21,6%)⁶, e por seu turno, tem-se observado o aumento da presença dos jovens de 25 a 29 anos, que provavelmente que não conseguiram acessar ou concluir os estudos no nível superior, e, portanto, ingressam ou retornam à universidade em busca de aquisição de qualificação formal e ampliação de oportunidades e chances da conquista de trabalho ou empregos mais bem remunerados. Assim, em virtude das especificidades das trajetórias escolares dos jovens brasileiros, consideramos mais apropriado o recorte de 18 a 29 anos para a presente análise.

O desenho metodológico da PNAD Contínua/Educação não nos permite a desagregação de informações relativas às instituições públicas de ensino superior, segundo as categorias administrativa (federal, estadual e municipal) e de organização acadêmica (Universidades, Centros universitários, Faculdades, Institutos ou Centros de Educação Tecnológica). No caso das Universidades Federais, os dados da Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos estudantes de curso de graduação, realizada pela Associação Nacional de Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (ANDIFES, 2019), dispõe de informações relevantes sobre as especificidades dos jovens universitários das IFES, contudo a sua última edição foi em 2018. Já as universidades estaduais não dispõem de pesquisas similares, o que impossibilita captar as suas especificidades a partir de pesquisas amostrais ou *surveys* com informações abrangentes sobre o seu universo.

Apesar das limitações na desagregação dos dados, em linhas gerais, o perfil dos jovens estudantes do ensino superior expressa as desigualdades sociais, raciais e regionais da realidade brasileira no sistema educacional, conforme se observa na tabela a seguir.

⁶ A meta 12 do Plano Nacional de Educação (PNE 2014-2024) prevê “elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta até 2024” (Brasil, 2014). Entretanto, o Brasil está longe de cumprir tal meta. Segundo dados da PNAD-Contínua do IBGE, em 2023, a taxa bruta de matrícula (TB) na graduação estava no patamar de 40,5%, enquanto a taxa ajustada de frequência escolar líquida (TAFEL) dos jovens de 18 a 24 que já haviam concluído ou estavam frequentando o ensino superior era de 25,9%.

Tabela 01- Perfil dos Jovens universitários de 18 a 29 anos - 2023, Brasil, Nordeste e Bahia em percentuais (%)

(continua)

Atributos	Localidade		
Sexo	Brasil	Nordeste	Bahia
Masculino	44,3	41,4	37,3
Feminino	55,7	58,6	62,7
Cor / Raça			
Brancos	51,2	34,7	25,7
Negros	47,4	64,4	73,4
Amarela	1,0	0,4	**
Indígena	0,3	0,5	0,8
Condição no domicílio			
Filho(a)	58,0	57,9	52,9
Pessoa responsável	18,5	17,4	19,5
Cônjuge ou companheiro(a)	7,6	6,6	8,2
Neto	5,3	6,9	8,5
Outros	10,6	11,2	10,9

Tabela 01- Perfil dos Jovens universitários de 18 a 29 anos - 2023, Brasil, Nordeste e Bahia em percentuais (%)

(conclusão)

Atributos		Localidade	
Situação do Domicílio			
Urbano	95,1	90,7	89,5
Rural	4,9	9,3	10,5
Renda domiciliar per capita			
Até ¼ salário mínimo	4,0	8,8	8,3
Mais de ¼ até ½ salário mínimo	8,9	16,2	12,2
Mais de ½ até 1 salário mínimo	26,1	34,7	42,0
Mais de 1 até 2 salários mínimos	35,2	26,3	26,1
Mais de 2 até 3 salários mínimos	13,3	7,6	5,3
Mais de 3 até 5 salários mínimos	7,8	4,3	5,3
Mais de 5 salários mínimos	4,7	2,0	0,8
Situação de trabalho e estudo			
Estudantes -trabalhadores	66,4	55,8	60,5
Trabalha e estuda	58,9	47,4	48,9
Estuda e à procura de trabalho	7,5	8,4	11,6
Apenas estuda	33,6	44,2	39,5

Fonte: Elaboração dos autores a partir dos microdados da Pnad Contínua/Educação, 2023 (IBGE, 2023a).
Obs.: Foram considerados apenas os estudantes de cursos de graduação.

As jovens mulheres são maioria no ensino superior no Brasil (55,7%), no Nordeste (58,6%) e em maiores proporções no Estado da Bahia (62,7%), o que certamente expressa os ganhos de escolaridade e as elevadas taxas de sucesso escolar galgadas ao longo de suas trajetórias quando comparadas com as dos homens, constatação sociológica amplamente registrada nos estudos sobre juventude e educação. A presença das/dos jovens negros no ensino superior no Brasil na última

década, em decorrência da ampliação dos mecanismos de acesso e seleção, em especial a implementação da Lei de Cotas (Brasil, 2012), mudou significativamente o rosto do perfil do ensino superior brasileiro, contudo os jovens brancos representam 51,2% do total de jovens universitários, enquanto os jovens negros 47,4%. No caso da Região Nordeste e do estado da Bahia, os percentuais de jovens negros nas instituições de ensino superior são mais expressivos, 64,4% e 73,4%, respectivamente, se aproximando da composição racial de suas respectivas populações, conforme os resultados do Censo Demográfico de 2022.

A condição do domicílio dos jovens estudantes indica que 95% residem em áreas urbanas do Brasil, sendo que a proporção daqueles que residem nas áreas rurais da região Nordeste é acima da média nacional, ou seja, 9,3%. Os jovens do campo representam 10,5% do total de estudantes universitários de 18 a 29 anos do estado da Bahia, o que demonstra a importância de políticas educacionais específicas que assegurem a permanência desses jovens na educação superior na unidade da federação que concentra o maior contingente de jovens do campo do país (15,3%). Contudo, as desigualdades de acesso à universidade, segundo a condição de domicílio, se explicitam nas distâncias sociais presentes nas chances dos jovens urbanos e rurais de estarem frequentando ou concluírem o ensino superior, uma vez que os jovens urbanos têm o triplo de chances em comparação com os que moram em domicílios rurais.

A condição no domicílio é outra variável importante para compreendermos os processos de transição de jovens do ensino superior rumo à vida adulta, principalmente no tocante ao grau de autonomia e independência em relação à família de origem. Os estudos clássicos de Foracchi nos anos 1960, conforme mencionado na seção anterior, apontavam que os jovens universitários tinham vínculos de dependência econômica com a família, ainda que mantivessem critérios de avaliação crítica da estrutura familiar, do ponto de vista dos valores morais e político-ideológicos. Os arranjos familiares dos jovens do ensino superior na atualidade acompanham as mudanças significativas nas últimas décadas, principalmente com o aumento de domicílios de famílias monoparentais, chefiadas principalmente por mulheres e a redução do tipo de organização familiar predominante constituído pelas famílias conjugais e, dentre estas, as de casais com filhos (Montali, 2017). De acordo com a PNAD Contínua/ Educação (IBGE, 2023a), 58% dos jovens brasileiros estão na condição de filhos, proporção que se reduz na região Nordeste para 57,9% e no estado da Bahia para 52,9%. Por sua vez, os jovens universitários, na condição de chefes de domicílio, representam 18,5% no Brasil,

17,4% no Nordeste e 19,5% na Bahia. Também merece destaque o percentual de jovens na condição de netos (8,5%) ou outros⁷ (10,5%) no estado da Bahia.

No que se refere à renda domiciliar *per capita*, observamos que 39% dos jovens estudantes viviam em famílias com renda de até 1 salário mínimo no Brasil⁸, sendo que no Nordeste e na Bahia, esse patamar se eleva para 59,7% e 62,5%, respectivamente, evidenciando que as desigualdades regionais estão associadas às desigualdades de renda e classe. Apenas 0,8% dos jovens estudantes universitários baianos têm renda familiar *per capita* superior a 5 salários mínimos, percentual 5,8 vezes inferior à média nacional (4,7%). Por outro ângulo, é representativo o percentual de jovens com renda familiar *per capita* de até ½ salário mínimo, principalmente no Nordeste (25%) e na Bahia (20,5%), muito acima da média nacional (12,9%).

O quadro de desigualdades de classe e renda dos jovens estudantes universitários no Brasil, em especial nas regiões mais pobres, oferece pistas interpretativas para compreender a inserção desses jovens no mercado de trabalho e suas interfaces com a educação superior. A situação de trabalho e estudos, conforme já mencionamos, indica que a cada 10 jovens estudantes do ensino superior brasileiro, aproximadamente 6,6 jovens estão inseridos no mercado de trabalho, em sua maioria na condição de ocupados (88,7%). A distribuição dos jovens estudantes segundo a condição na força de trabalho, segundo as grandes regiões, aponta que a proporção de estudantes trabalhadores é acima da média nacional nas regiões Sul (73,6%), Sudeste (70,2%) e Centro-Oeste (70,4%), evidenciando o peso dos traços estruturais dos mercados de trabalho regionais e sua capacidade de incorporação de estudantes universitários trabalhadores na conjuntura econômica e política pós-pandemia da Covid-19.

Em contraposição, as Regiões Norte (59%) e Nordeste (55,8%) apresentam médias abaixo da registrada no âmbito nacional, sendo, portanto, as regiões com o maior percentual de jovens estudantes fora da força de trabalho, ou seja, que apenas estudam. Entretanto, o elevado percentual de “jovens estudantes”, situação ideal para a vivência universitária, não significa que a necessidade de trabalho não esteja no horizonte imediato desses jovens, mas em grande medida as condições estruturais de funcionamento dos mercados de trabalho nessas regiões, principalmente as elevadas taxas de desemprego e as ocupações precárias com jornadas de trabalho incompatíveis com o horário dos estudos universitários, induzem ou desmotivam a procura de trabalho. Não por

⁷ Na categoria “outros” foram agrupados os jovens na condição de enteado (a), genro ou nora, bisneto(a), irmã(ão) ou outro parente.

⁸ A renda familiar *per capita* teve como referência para cálculo o valor nominal do salário mínimo em 2023, que correspondia a R\$ 1.302,00 (Hum mil, trezentos e dois reais).

acaso, as regiões Nordeste (15%) e Norte (13,6%) concentram os percentuais mais elevados de taxas de desocupação de jovens universitários, acima da média nacional (11,3%), bem como a maior proporção daqueles que estão fora da força de trabalho e na força de trabalho potencial⁹, 15,8% e 17,2%, respectivamente. O Estado da Bahia tem a 4ª pior taxa de desocupação dos estudantes universitários (19,2%), ficando atrás apenas dos estados do Amapá (20,5%), Acre (20,4%) e Amazonas (20,1%).

O perfil dos jovens estudantes trabalhadores apresenta similaridades com o perfil geral demonstrado acima, mas a desagregação conforme a rede de ensino superior apresenta diferenciações importantes. Em primeiro lugar, constata-se que 72,7% dos estudantes das instituições privadas de ensino combinam estudos e trabalho, ou seja, estudantes trabalhadores; e 24,0% apenas estudam. Já as instituições públicas de ensino superior apresentam um quadro mais equilibrado, sendo que 53,2% são estudantes trabalhadores e 46,8% apenas estudam. Tanto na rede pública quanto privada, a imensa maioria dos estudantes trabalhadores estão inseridos no mercado de trabalho na condição de ocupados, 89,5% e 86,2%, respectivamente. A presença dos jovens estudantes trabalhadores no ensino superior, em especial no turno noturno, não é uma novidade na realidade brasileira, entretanto a sua proporção na rede pública indica uma mudança significativa no perfil do jovem universitário, podendo se afirmar que a universidade pública deixa de ser o lócus privilegiado dos estudantes que não dependem do trabalho para estudar, oriundos das famílias de estratos de renda média e superior do país.

Em segundo lugar, destaca-se que 68,4% dos estudantes trabalhadores frequentam os cursos noturnos, sendo que esse percentual apresenta diferenças entre as instituições privadas (74,7%) e as públicas (56,2%). A escolha do turno do curso é um fator determinante nas chances de encontrar uma vaga no mercado de trabalho, de tal forma que as taxas de desocupação são mais elevadas entre os jovens estudantes trabalhadores dos cursos matutinos (17,6%) e vespertinos (17,3%) quando comparadas com as dos cursos noturnos (9,2%).

A modalidade de oferta do curso é outro dado relevante do perfil dos estudantes trabalhadores, na medida em que nos últimos anos ocorreu um aumento exponencial do número de

⁹ Conforme a metodologia da PNAD Contínua, "são classificadas como fora da força de trabalho na semana de referência as pessoas que não estavam ocupadas nem desocupadas nessa semana" (IBGE, 2014, p. 18) e "a força de trabalho potencial é definida como o conjunto de pessoas de 14 anos ou mais de idade que não estavam ocupadas nem desocupadas na semana de referência, mas que possuíam um potencial de se transformarem em força de trabalho" (IBGE, 2017, p.03). Portanto, a força de trabalho potencial é um indicador importante para compreensão da subutilização da força de trabalho no mercado de trabalho brasileiro.

matrículas em cursos de graduação, na modalidade de educação superior, que a rigor, devido à flexibilidade da proposta curricular, ofereceria atrativos consideráveis aos estudantes trabalhadores, a exemplo das maiores possibilidades de conciliação da jornada de trabalho e os estudos, a redução do tempo de deslocamento no percurso entre o local de moradia-trabalho e universidade, além do baixo custo das matrículas nas instituições privadas e tempo de duração dos cursos. Embora a maioria dos estudantes trabalhadores frequentem cursos presenciais, não é desprezível o percentual desses jovens que frequentam os cursos EaD no Brasil (31,1%), sendo que destes, 90% estão matriculados nas instituições privadas. Por certo, na agenda dos estudos sobre a inserção de jovens diplomados no ensino superior, o lastro social dos diplomas de cursos EaD, a qualidade da formação profissional obtida e os postos de trabalho ocupados pelos jovens universitários se configura como problemática relevante, principalmente no contexto da emergência das formas de trabalho demandadas pelo “capitalismo de plataforma” (Abílio, 2020; Antunes, 2023).

No que se refere à posição na ocupação, os dados da PNAD Contínua (IBGE, 2023b) evidenciam que a força de trabalho dos jovens estudantes trabalhadores é extremamente funcional à lógica de reprodução do capital. Do total de ocupados, 72,4% são trabalhadores assalariados do setor privado, sendo que 49,4% com carteira assinada e 23% sem carteira assinada. O setor público concentra 14,5%, sendo que o percentual de militares e servidores estatutários é diminuto (3,3%), mas predomina a inserção em empregos precários sem carteira assinada (9,5%), mediante a terceirização ou contrato de trabalho temporário; e com carteira assinada, 1,7%. Os jovens estudantes que trabalham por conta própria representam 9,5% dos ocupados e os empregadores 1,1%, o que indica os limites do discurso neoliberal do empreendedorismo como alternativa para política pública de trabalho e renda para os jovens no Brasil (Corrochano, 2024). Os jovens ocupados que estudam na rede pública estão inseridos em empregos sem carteira assinada (43%), tanto no setor privado (26,9%) quanto no setor público (16,2%), e nas instituições privadas de ensino superior esse percentual se reduz para 29,2%, o que se explica possivelmente pelo fato de que quase metade (47,3%) dos jovens estudantes trabalhadores da rede pública frequentam cursos não noturnos.

No que concerne à qualidade dos postos de trabalho, um primeiro aspecto a ser ressaltado diz respeito à estrutura setorial das ocupações. Em 2023, os setores que mais empregaram jovens estudantes universitários no Brasil foram os setores de informação, comunicação e atividades financeiras, imobiliárias, profissionais e administrativas (23,2%); educação, saúde humana e serviços sociais (20,7%) e comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas (18,7%), que somados são responsáveis por 62,7% das ocupações juvenis universitárias. Por sua vez, o segundo aspecto a ser considerado são os grupamentos ocupacionais do trabalho principal, sendo que técnicos e profissionais de nível médio (26,2%); trabalhadores de apoio administrativo (25,3%); trabalhadores

dos serviços, vendedores dos comércios e mercados (22,2%) concentram 73% dos jovens ocupados. Os setores e agrupamentos ocupacionais indicam que a natureza dos trabalhos realizados pelos jovens universitários pode não corresponder à formação e ao campo profissional do curso de graduação frequentado, de tal forma que a ocupação no mercado de trabalho seja muito necessária para assegurar os recursos financeiros para permanecer no ensino superior do que uma atividade de realização profissional e pessoal.

O rendimento médio segundo a posição na ocupação também explicita o grau de rebaixamento da força de trabalho dos jovens universitários, que apresentam escolaridade formal acima da média dos trabalhadores brasileiros, entretanto o rendimento médio em valores reais do 4º semestre de 2023 era de R\$1.907,81. Os jovens empregados com carteira assinada no setor privado recebiam em média R\$1.339,75 e os sem carteira assinada, R\$ 1.403,96; os ocupados no setor público com carteira assinada tinham rendimento médio de R\$ 1.934,07 e sem carteira assinada R\$ 1.904,07. Portanto, os rendimentos auferidos se destinam quase exclusivamente para os custos básicos da manutenção do trabalhador estudante.

Além dos indicadores já apresentados sobre a inserção dos jovens estudantes universitários brasileiros no mercado de trabalho, há de se destacar a jornada de trabalho semanal que interfere diretamente na qualidade do desempenho acadêmico, no tempo de dedicação aos estudos de graduação e na qualidade de vida juvenil de uma maneira geral. Quase a metade dos estudantes trabalham de 40 a 44 horas (47,8%), seguidos daqueles que trabalham de 21 a 30 horas semanais (17,4%) e de até 20 horas semanais (17,4%). No caso dos jovens trabalhadores das instituições públicas, observa-se que 48% trabalham até 30 horas semanais, enquanto nas instituições privadas 51% têm jornada de trabalho semanal de 40 a 44 horas. Dessa forma, infere-se que os jovens estudantes trabalhadores dedicam parcela significativa do seu tempo semanal ao trabalho, de tal forma que a tarefa de conciliar estudos e trabalho é bastante desafiadora, contraditória e complexa, reforçando a necessidade de políticas educacionais específicas no âmbito de ensino superior.

Nesse sentido, ganha relevância sociológica a compreensão das categorias trabalho e educação, enquanto agências de socialização e experimentação juvenil, e suas imbricações sócio-históricas, a partir da investigação empírica da situação de trabalho de jovens estudantes da UEFS e da UFRB, localizadas na região Metropolitana de Feira de Santana e na região do Recôncavo da Bahia, historicamente marcadas por desigualdades sociais e raciais incrustadas na qualidade da oferta e do acesso ao sistema educacional, bem como pela heterogeneidade e precariedade do mercado de trabalho regional, em particular no interior do Estado da Bahia.

TRABALHAR E ESTUDAR EM UNIVERSIDADES PÚBLICAS NO INTERIOR DO ESTADO DA BAHIA

Estudar e trabalhar são experiências que se configuram de forma diversa em diferentes contextos do ensino superior, envolvendo tanto as características sociodemográficas dos discentes (idade, gênero, raça, classe social, território), quanto aspectos institucionais das universidades e de seus cursos (turno, organização curricular, políticas de permanência etc.).

Como sinalizado, os participantes da pesquisa empírica desenvolvida na UEFS e na UFRB estavam inseridos em oito cursos de graduação de diferentes áreas de conhecimento, sendo cinco de licenciatura e três de bacharelado, conforme detalhado a seguir.

Tabela 2 - Distribuição dos estudantes participantes da pesquisa, por curso e instituição

Instituição/curso	Frequência	Porcentagem
UFRB		
Bach. em Agronomia	21	14,0
Bach. em Cinema e Audiovisual	21	14,0
Lic. em História	14	9,3
Lic. em Ciências Sociais	8	5,3
UEFS		
Lic. Educação Física	19	12,7
Bach. em Direito	23	15,3
Lic. em Matemática	16	10,7
Lic. em Pedagogia	28	18,7
Total	150	100,0

Fonte: Dados produzidos pelos autores.

Na amostra investigada, dentre os 150 discentes, 42,7% (64) são da UFRB e 57,3% (86) da UEFS. Ao analisar o perfil etário dos participantes, há de se considerar que a coleta de dados abarcou sobretudo estudantes que estavam no início ou meio do ciclo de formação. Na UFRB, as idades variaram entre 18 e 32 anos, com média de 21,66; enquanto na UEFS, os estudantes tinham

entre 17 e 28 anos, com média de 20,35. Um estudo realizado pela Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes), embora focado apenas nas instituições federais, mostrava que a faixa etária média dos discentes era de 24,4 anos, mas abrangendo matriculados em todos os semestres da graduação (Andifes, 2019).

A origem dos(as) estudantes é diversa, mas há amplo predomínio de oriundos(as) da Bahia (93,3%), seguido de 5,4% de outros estados. Já quanto à atual moradia, as duas universidades apresentam características distintas. A UEFS possui 82,6% dos/das discentes matriculados(as) vivendo na cidade sede, enquanto na UFRB, apenas 30,7% dos/das discentes viviam nas localidades onde estudam, implicando o deslocamento diário de municípios circunvizinhos para os *campi* da universidade.

Do ponto de vista racial, como já sinalizado, as ações para democratização do acesso ao ensino superior têm mudado a “cor” das universidades. No Brasil, em 2018, os brancos eram 43,3%, os pardos 39,2% e os pretos 12,0%. Na Bahia, a realidade já era bastante distinta, com 46,7% de pardos 30,5% de pretos (30,5%), com negros amplamente predominantes frente aos apenas 18,0% de brancos (Andifes, 2019).

As duas universidades baianas investigadas têm quantitativo semelhante de brancos (23,0% na UFRB e 24,4% na UEFS). O total de negros na UEFS é 72,3% do total (29,1% pretos e 44,2% pardos); enquanto na UFRB, pretos são maioria (49,2%) com 19,7% de pardos, totalizando 68,9% de negros, valores próximos aos apontados pela PNAD Contínua/Educação (IBGE, 2023a), anos depois com 73,4% de negros entre jovens universitários na Bahia.

Tais dados aproximam o perfil racial dos estudantes do ensino superior da população baiana como um todo, já que 79,7% se autodeclaravam negros, segundo o Censo Demográfico de 2022 (IBGE, 2024).

As mudanças no cenário das universidades brasileiras também foram significativas em termos de gênero. Em 2018, as mulheres representavam 51,1% da população nacional, enquanto respondiam por 54,6% das matrículas no ensino superior (Andifes, 2019, p.19).

A superioridade de estudantes do sexo feminino nas IFES (3,5 p.p. acima da composição nacional) pode ser compreendida, pois elas já são maioria absoluta também no ensino médio e estudantes do sexo masculino, egressos ou evadidos do ensino médio, têm, por sua vez, entrada “precoce” no mercado de trabalho.

Tal tendência se confirma com a atualização das informações sobre a predominância de mulheres na universidade pela PNAD Contínua/Educação (IBGE, 2023a), em nível nacional (55,7%), com valores significativamente superiores na Bahia (62,7%).

As amostras das duas instituições pesquisadas mostram números semelhantes, embora não permitam maiores inferências dado o caráter de conveniência utilizado no recrutamento dos participantes. Na UFRB há 56,3% (36) de estudantes do gênero feminino, 42,2% (27) do masculino e 1 (1,6%) transgênero masculino, enquanto na UEFS são 53,5% (46) do feminino e 46,5% (40) do masculino.

No contexto do presente estudo, as cidades-sede dos *campi* investigados localizam-se em territórios relativamente próximos, mas os cursos escolhidos e a procedência dos discentes possuem singularidades. Quanto à origem, na UFRB, apenas 17,9% (11) dos estudantes são originalmente das duas cidades investigadas (Cachoeira e Cruz das Almas), enquanto os demais 63 são de 27 cidades diferentes, incluindo 5 vindos de outros estados, indicando peso expressivo de mobilidade estudantil para poderem cursar o ensino superior. Na UEFS, o cenário é distinto, pois 64,0% (55) dos estudantes são da cidade de Feira de Santana, e os demais vieram de 26 diferentes municípios e 2 de outros estados. No que se refere aos territórios de origem, ambas as instituições apresentaram percentuais semelhantes de estudantes de origem rural, com 15,9% (10) na UFRB, e 14,0% (12) na UEFS.

No momento da coleta dos dados, havia, sobretudo na UFRB, indicadores de uma intensa migração entre os discentes, já que 40,6% (26) viviam em Cachoeira e 28,1% (18) em Cruz das Almas, totalizando 68,7% de residentes nos municípios sede dos cursos investigados. Na UEFS, apesar de originalmente predominarem estudantes residentes na sede da instituição, ainda assim houve um fluxo de migração, com 17,4% deles morando fora de Feira de Santana, que historicamente tem se configurado como um polo regional de oferta de vagas de trabalho nos setores de serviço e do comércio.

Baseando-se em dados produzidos pelo Mapa do Ensino Superior Brasileiro de 2023, Alvarez e Moreira (2024) indicam que cerca de 90% dos ingressantes tinham renda familiar de até três salários mínimos, incluindo aqueles matriculados em instituições públicas e privadas. O estudo sobre o perfil de graduandos das instituições federais mostrava que, em 2018, havia o predomínio de estudantes com renda mensal familiar bruta com 50,9% do total, mas com diferenças regionais importantes, já que no Nordeste eram 62,2%, ante 42,9% no Sudeste (Andifes, 2019).

Nas duas instituições investigadas, a renda familiar bruta informada pelos estudantes participantes também indica a presença expressiva de um corpo discente de origem popular, com

70,8% deles com rendas familiares brutas de até 3 salários mínimos (S.M.). Nos estratos de renda de até 1 e de 1 a 3 S.M., a UFRB possui, respectivamente, 29,7% (19) e 42,2% (27) de seus discentes nessas faixas, enquanto na UEFS, perfazem 22,9% (19) e 47,0% (39).

Outro estudo realizado no mesmo contexto mostrava importante diferença no perfil do alunado no que se refere à renda, já que em licenciaturas de ciências humanas, quase 40% tinham renda mensal de 1 S.M., sendo que em um curso de alto prestígio social, como o de Direito, não havia pessoas em tal estrato de renda (Faria; Oliveira; Silva Filho, 2023).

Com relação à escolarização pregressa dos participantes da pesquisa, as duas instituições apresentam quadro semelhante, uma vez que 68,3% (41) dos estudantes da UFRB, e 70,9% (61) da UEFS cursaram ensino médio em escolas públicas. O supracitado trabalho pela Andifes mostra que nas instituições federais, em 2018, 64,7% dos discentes cursaram o ensino médio na rede pública (Andifes, 2019), reforçando a predominância de estudantes de origem popular nas instituições, sobretudo quando associada aos achados em torno das rendas familiares.

A persistência de trajetórias marcadas pela evasão e por fluxos escolares irregulares ainda marcam a vida da juventude brasileira, sendo o trabalho muitas vezes o fator preponderante para determinar tais condições. Nem mesmo entre aqueles jovens que ultrapassam as barreiras que dificultam o acesso às etapas finais da escolarização – o ensino médio e o ensino superior – o trabalho deixa de estar presente, como realidade cotidiana ou expectativa.

Como sinalizado, o trabalho é uma experiência que historicamente atravessa a vida de ampla gama de jovens brasileiros, mesmo em contextos de ampliação das oportunidades de escolarização. Ao considerar que os jovens investigados são pessoas que nasceram entre os anos 1990 e 2000, portanto, vivenciaram tanto a aguda crise econômica da primeira década, quanto algumas mudanças positivas no mercado de trabalho, com aumento da oferta de empregos e das rendas familiares (Corrochano, 2013). Tal conjuntura impactou não apenas as experiências juvenis individuais, mas também as de familiares e das redes de suporte que são essenciais para os processos de transição para a vida adulta.

Entre jovens brasileiros, os percursos profissionais não são pouco lineares apenas hoje. Os movimentos de “entrar e sair” do trabalho também se repetem na escolarização, sendo expressivos os índices de estudantes com fluxos escolares irregulares, marcados por evasão, abandono e retorno posterior.

São diversos os arranjos que as juventudes brasileiras têm estabelecido com o mundo laboral e, para caracterizar tal relação, serão consideradas diferentes informações que articuladas, permitem compreender com maior amplitude os significados e a centralidade do trabalho no

universo juvenil, seja como experiência ou expectativa futura. Além disso, a investigação empírica produziu dados que indicam aspectos relevantes acerca das condições de trabalho, especialmente vínculo e carga horária, entre aqueles que já experienciam a dupla jornada.

Na pesquisa os jovens das duas instituições foram indagados acerca das suas experiências prévias e atuais no mercado, bem como se estavam em busca de trabalho. Os resultados estão caracterizados na tabela a seguir.

Tabela 3 – Relação com o trabalho estabelecida entre estudantes da UEFS e da UFRB

Instituição	Já trabalhou		Trabalhando		Procurando trabalho	
	n	%	n	%	n	%
UFRB	28	49,1	11	17,2%	30	56,6
UEFS	40	47,1	16	18,6%	44	62,0
Total	68	47,9	27	18,0	74	59,7

Fonte: Dados produzidos pelos autores.

Quando tais dados são analisados a partir da tipologia sugerida para este trabalho, caracterizada por dois grupos – o dos estudantes que apenas estudam e o dos estudantes trabalhadores, que incluiria não apenas os ocupados, mas também aqueles à procura de trabalho – é possível lançar um olhar para o contexto empírico, em termos mais dinâmicos e que reiteram a centralidade do trabalho na vida dos jovens universitários, uma vez que 77,7% da amostra total é composta por estudantes trabalhadores, com pequena variação na UEFS (80,6%) e na UFRB (73,8%).

A distribuição da amostra segundo a condição da ocupação põe em relevo a especificidade dos jovens universitários investigados, a saber: jovens estudantes trabalhadores desempregados (59,7%). A sobrerrepresentação dos estudantes desempregados indica em alguma medida o grau de precariedade das condições socioeconômicas de suas famílias e os limites do mercado de trabalho regional e local para incorporação de jovens estudantes universitários.

No que diz respeito às experiências pregressas, 47,9% (68) dos discentes já tinham trabalhado anteriormente, sem diferença expressiva entre as duas instituições, com 49,1% na UFRB e 47,1% na UEFS. Ou seja, ao ingressar na universidade, quase metade deles estava de algum modo inserida no mercado de trabalho. Além disso, as ocupações experimentadas pelos participantes

eram bastante heterogêneas, sendo raros os ofícios que exigiam maior qualificação profissional. As menções dos jovens vão desde os trabalhos informais não especificados ("bicos") aos estágios (jovens aprendizes e monitores), às ocupações no comércio (vendedor, ambulante, balconista, caixa, atendente de loja, mercado, padaria ou lanchonete e garçom) até os trabalhos domésticos ou de limpeza (babá, diarista, ajudante de cozinha, auxiliar de serviços gerais). Na área da educação é possível encontrar estudantes que já atuaram como auxiliares de creche ou de coordenação, monitores de educação especial ou de cursos livres, ou ainda professores de capoeira ou teatro. De forma mais dispersa, há ainda ex-trabalhadores da construção (servente ou pintor), da área administrativa (assistente, recepcionista), casos individuais de ocupações como artesão, manicure, atendente de telemarketing, panfleteiro e promotor de eventos. Por fim, como sinalizado, as ocupações mais qualificadas foram mencionadas raramente, ainda assim, há graduandos que já trabalharam como designer, editor fotográfico, eletromecânico, técnico em manutenção de ar condicionado ou de informática.

Os tipos de ocupações encontradas entre os estudantes das duas universidades remetem não apenas à fragilidade e à informalidade das relações de trabalho, características da geração investigada (Tommasi; Corrochano, 2020; Dieese, 2024), mas traduzem o grau de precariedade do mercado de trabalho regional para as novas gerações de trabalhadores escolarizados no interior da Bahia.

As ocupações de curta duração e a alta rotatividade são aspectos característicos da inserção da juventude no mercado de trabalho, os quais são recorrentemente experimentados pelos jovens trabalhadores brasileiros e baianos (Oliveira, 2013), a exemplo das inúmeras situações vivenciadas pelos participantes da pesquisa da UFRB e da UEFS, inseridos nos mercados de trabalho da Região de Feira de Santana e do Recôncavo da Bahia, extremamente marcados pela precariedade de trabalho, informalidade, baixa remuneração (inclusive para os assalariados e funcionários públicos com nível superior completo) e escassez de vagas de trabalho em empregos formais (Jesus, 2017; Oliveira; Ferreira, 2021).

Os dados da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) do Ministério do Trabalho, sistematizados pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia e disponibilizados através do portal InfoVis Bahia ¹⁰(Bahia, 2023), indicam que em 2022, do estoque total de 186.179

¹⁰ Trata-se de um portal de aplicativos que possibilitam a visualização de dados da Bahia sobre mercado de trabalho, demografia, segurança pública e outros, que pode ser acessado no seguinte endereço: <https://infovis.sei.ba.gov.br/>

empregos formais registrados nos municípios da Região de Feira de Santana¹¹, 15,7% eram ocupados por jovens de 18 a 24 anos com remuneração nominal média de R\$1.928,03 e 15,39% por jovens de 25 a 29 anos com remuneração média de R\$2.623,50. Os trabalhadores com nível superior incompleto ocupam apenas 3,3% do estoque de empregos formais da região, cuja remuneração nominal era de R\$ 3.284,89. No Recôncavo da Bahia¹², para o mesmo período, o total empregos formais era bem inferior em relação ao Portal do Sertão (77.770), dos quais 11% eram ocupados por jovens de 18 a 24 anos com remuneração nominal média de R\$1.399,25 e 12,6% por jovens de 25 a 29 anos com remuneração média de R\$1.842,40. Os trabalhadores com nível superior incompleto ocupavam apenas 2,4% do estoque de empregos formais da região, cuja remuneração nominal era de R\$ 2.832,42. Portanto, os jovens estudantes universitários do Recôncavo da Bahia estão em desvantagens significativas em relação aos que estão inseridos no mercado de trabalho da Região de Feira de Santana, o que demonstra a existência de gradientes de precarização do trabalho juvenil no interior do Estado da Bahia e de limites estruturais dos mercados de trabalho locais na geração de postos trabalho formais para os jovens.

Quanto às experiências de trabalho no momento da pesquisa, os dados indicaram que menos de 1/5 dos jovens entrevistados estava inserido no momento de realização da pesquisa, mais especificamente 18,0% (27), com índices bem semelhantes nas duas instituições, 17,2% na UFRB e 18,6% na UEFS. Dentre eles, há 5 pessoas que são estagiárias, cujas tarefas, responsabilidades e cargas horárias assumidas podem levá-las a significarem tal experiência como trabalho, em seu sentido lato. Mas ao excluir tal condição, restam 22 jovens inseridos em ocupações diversas, com maior contingente atuando na área da educação, com 15,3% (4) deles como professores de reforço escolar, auxiliares de coordenação ou de classe. Em igual proporção, há outros 4 estudantes trabalhando na área administrativa, como assistentes ou recepcionistas. Dentre os estudantes do curso de cinema, há 3 discentes atuando no próprio campo, como cinegrafista, fotógrafo ou editor de vídeos. Existem ainda 2 estudantes que trabalham na agricultura, enquanto os demais estão

¹¹ Foram considerados como municípios que compõem a Região de Feira de Santana os municípios do Território de Identidade Portal do Sertão, metodologia utilizada pela Secretaria de Planejamento do Estado da Bahia para classificação regional dos municípios baianos e utilizada pelo portal InfoVis Bahia, a saber: Água Fria, Amélia Rodrigues, Anguera, Antônio Cardoso, Conceição da Feira, Conceição do Jacuípe, Coração de Maria, Feira de Santana, Ipecaetá, Irará, Santa Bárbara, Santanópolis, Santo Estêvão, São Gonçalo dos Campos, Tanquinho, Teodoro Sampaio, Terra Nova.

¹² No caso do Recôncavo da Bahia, foram considerados os seguintes municípios: Cabaceiras do Paraguaçu, Cachoeira, Castro Alves, Conceição do Almeida, Cruz das Almas, Dom Macedo Costa, Governador Mangabeira, Maragogipe, Muniz Ferreira, Muritiba, Nazaré, Santo Amaro, Santo Antônio de Jesus, São Felipe, São Félix, São Francisco do Conde, São Sebastião do Passé, Sapeaçu, Saubara e Varzedo.

dispersos em ocupações definidas como “bicos” ou em outras como artesão, garçom, multiplicador em empresa ou operador de telemarketing.

Com relação ao tipo de vínculo que os jovens estabelecem com o trabalho, são escassas as menções a experiências de contratos mais estáveis. Nas duas instituições, há apenas um estudante da UEFS que é funcionário público e nenhum da UFRB. Nesta universidade há também somente um discente com carteira assinada ante seis (35,3%) na UEFS. Já os trabalhadores autônomos são maioria na UFRB, com 7 estudantes (63,6%), ante apenas dois (11,8%) na UEFS. Ao lado disso, ao analisar a carga horária média semanal de trabalho entre os discentes, que foi de 20,6 horas, nota-se que os valores são superiores entre os jovens da UEFS (23,7) frente aos da UFRB (15,2). A partir de tais indicadores é possível hipotetizar sobre os contextos de oferta de trabalho encontrados, uma vez que em Feira de Santana, sede da UEFS, há um importante parque industrial instalado, além de ser o mais importante polo comercial e de serviços do interior do estado, fator que contribui para maiores oportunidades de emprego formalizado e, consequentemente, de jornadas de trabalho mais estruturadas e de duração superior.

Sobre as perspectivas de inserção no mercado laboral, 74 (59,7%) dos discentes informaram que estavam à procura de trabalho no momento da coleta de dados, sem maiores diferenças para este último dado entre as duas universidades, com 56,6% (30) na UFRB e 62,0% (44) na UEFS. Assim, se aproximadamente 50% dos estudantes já haviam trabalhado no passado, no momento da coleta de dados, cerca de 20% deles estavam inseridos no mercado laboral ao lado de quase 60% em busca de inserção profissional. Esse conjunto de informações sugere, ou melhor, reforça a relação estreita que os jovens discentes estabelecem com o trabalho, pois restam apenas aproximadamente 20% que não tinham o trabalho nos seus horizontes imediatos.

A compilação das informações sobre os perfis dos estudantes das duas universidades remete a desafios significativos para a permanência nas instituições, pois tanto o *background* dos discentes (origem social e geográfica, renda familiar) quanto as experiências laborais impactam diretamente a vida acadêmica. Dentre 148 discentes, 35,1% responderam que já pensaram em desistir do curso e outros 40,3% cogitaram trancar a matrícula. Tais indicadores são superiores entre aqueles que trabalham, com 42,3% para desistência e 57,7% para trancamento, sinalizando para as dificuldades de conciliar as duplas jornadas.

Na vida acadêmica, as expectativas e idealizações construídas ao ingressar na universidade são confrontadas com provas cotidianas de ordem acadêmica, econômica e sociocultural. A partir do contato com as disciplinas e com as experiências práticas no campo profissional, jovens

constroem processos de avaliação tanto dos significados e validades das vivências presentes, quanto de suas expectativas de futuro, que podem ou não ser validadas no percurso.

Durante a investigação, os participantes foram indagados se conseguiam vislumbrar boas perspectivas de inserção no mercado de trabalho a partir da profissão escolhida e 57,2% deles afirmaram que muitas vezes, e outros 28,2% sempre, indicando percepções positivas a partir da saída da universidade, totalizando 85,4%. Essa leitura otimista sobre o futuro é inferior na UFRB, com 60,4%, ante 84,8% na UEFS, indicando que os contextos de formação (cursos e localidades) podem ter impacto diferenciado nas projeções futuras.

No entanto, a ausência de mais informações sobre a formulação dos projetos de cada jovem deixa aberto o caminho para investigações futuras. Ainda assim, algumas variáveis poderiam ser consideradas como base para compreender os diferentes horizontes projetados pelos jovens: o mercado de trabalho nas regiões onde estudam, vivem ou pretender viver; o prestígio social dos cursos, os tipos de emprego e vínculos comumente associados a cada profissão, dentre outras. A quebra do *continuum* educação-trabalho é um elemento central a ser pensado no contexto das mudanças estruturais do mundo laboral, marcado por incertezas, instabilidades e fragilidades (Antunes, 2018), que também afetam até mesmo aqueles que atingem os degraus mais elevados da escolarização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ensino superior brasileiro são múltiplas as condições socioeconômicas e os suportes que compõem as realidades de jovens universitários. Esse universo abarca também experiências distintas entre aqueles inseridos em instituições públicas e privadas, em cursos diurnos (em tempo integral ou não) e noturnos, beneficiários de programas de financiamento parcial (FIES, PROUNI), em pequenas, médias ou grandes cidades. Entre os discentes de universidades públicas, objeto da investigação em tela, destaca-se ainda a realidade dos cotistas, dos discentes que mudaram de cidade para estudar ou dos que diariamente realizam migrações pendulares para as sedes dos *campi*, aqueles que estudam nos cursos diurnos (em tempo integral ou não) ou noturnos, compondo um mosaico amplo e que pode ser ainda mais complexo, quando em diálogo com as relações estabelecidas com o trabalho.

Os resultados encontrados tanto nas análises mais gerais de dados de fontes secundárias (PNAD Contínua, 2023) quanto as informações empíricas produzidas na investigação nos contextos da UFRB e UEFS ressaltam aspectos relevantes das mutações da categoria estudante-trabalhador e também alguns desafios teóricos para compreender tal condição. Assim como ressaltaram Abramo,

Venturi e Corrochano (2020), não é possível compreender as relações entre trabalho-estudo de forma homogênea, mesmo no ensino superior. Há importantes críticas às formas de mensurar o trabalho, dada a necessidade de construir ferramentas e estratégias capazes de capturar a mobilidade, a provisoriedade, a reversibilidade das relações e trajetórias empreendidas sobretudo por jovens num cenário de profundas mutações no mundo laboral.

Conquanto haja limites sensíveis em termos de dimensão da amostra investigada na UFRB e na UEFS, os dados produzidos, a tipologia sugerida para este trabalho, que compreende que a categoria “estudantes trabalhadores”, incluindo não apenas os ocupados, mas também aqueles à procura de trabalho, indicam que é possível lançar um olhar para o contexto empírico em termos mais dinâmicos. A realidade investigada reitera a centralidade do trabalho na vida dos jovens das duas universidades, quando se considera que cerca de 60% dos participantes da pesquisa estavam em busca de trabalho ao lado de outros 18% ocupados. Mesmo com a existência de programas de apoio – direto ou indireto – à permanência estudantil (bolsas de auxílio permanência, de iniciação científica ou à docência, de extensão), trabalhar permanece presente no horizonte dos discentes.

Após importantes avanços na construção de um cenário mais democrático para o acesso ao ensino superior no Brasil, as políticas públicas para o setor não possuem foco dirigido para aqueles que trabalham, nem nos processos de inserção nem nos de saída. Desse modo, são latentes as lacunas na produção de um ordenamento institucional que possa compreender e apoiar um público que representa parcela significativa daqueles que acessam (ou desejam acessar) as etapas mais elevadas do sistema educacional.

Por fim, as situações dos jovens universitários analisados neste artigo ratificam as especificidades da relação entre trabalho e educação dos jovens brasileiros, ao mesmo tempo que evidenciam que a construção sócio-histórica da juventude brasileira é mediada fundamentalmente pelo trabalho, achado da realidade brasileira que não se pode perder de vista quando se busca compreender a condição juvenil contemporânea.

REFERÊNCIAS

ABÍLIO, L. C. Uberização e juventude periférica. Desigualdades, autogerenciamento e novas formas de controle do trabalho. **Novos Estudos - CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 579-597, nov. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/zwB63zdGwgnNzqPrS7wFsMN/abstract/?lang=pt> Acesso em: 28 set. 2024.

ABRAMO, Helena Wendel; VENTURI, Gustavo; CORROCHANO, Maria Carla. Estudar e trabalhar: Um olhar qualitativo sobre uma complexa combinação nas trajetórias juvenis. **Novos estudos CEBRAP**, v. 39, n. 3, p. 523-542, set. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/HffJZGdxz6Z36cqybFwQ5nH/#> . Acesso em: 02 jun. 2024.

ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior. **V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos(as) Graduandos(as) das IFES - 2018**. Brasília: FONAPRACE, 2019. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/wp-content/uploads/2019/05/V-Pesquisa-Nacional-de-Perfil-Socioeconomico-e-Cultural-dos-as-Graduandos-as-das-IFES-2018.pdf>. Acesso em: 02 set. 2024.

ANDRADE, S. I. de. As companhias do mercado da educação superior no Brasil e suas decisões estratégicas no período de 2007 a 2021. **Educação & sociedade**, v. 44, e273744, 2023.

ANTUNES, Ricardo. Desenhando a nova morfologia do trabalho no Brasil. **Estudos avançados**, v. 28, n. 81, p. 39-53, mai. 2014.

ANTUNES, Ricardo. **O Privilégio da Servidão**: o novo proletariado de serviços na era digital. São Paulo: Boitempo, 2018.

ANTUNES, R. Uberização do trabalho e capitalismo de plataforma: uma nova era de desantropomorfização do trabalho? **Análise Social**, v. 58, n. 248, p. 512-532, 2023. DOI: 10.31447/AS00032573.2023248.04. Disponível em: <https://revistas.rcaap.pt/analisesocial/article/view/33535>. Acesso em: 28 set. 2024.

AZEVEDO, Mario Luiz Neves de; MORAES, Karine Nunes de; CATANI, Afrânio Catani. Determinantes da expansão da EaD em cursos de licenciatura de instituições privadas no Brasil. **RTPS - Revista Trabalho, Política e Sociedade**, [S. l.], v. 8, n. 13, p. e-855, 2023. DOI: 10.29404/rtps-v8i13.855. Disponível em: <https://periodicos.ufrj.br/index.php/rtps/article/view/855>. Acesso em: 04 set. 2024.

BAHIA. Secretaria de Planejamento. Superintendência de Estudos Econômicos da Bahia. **InfoVis Bahia – Mercado de Trabalho**. Salvador: SEI/SEPLAN/Ba, 2023. Disponível em: <https://infovis.sei.ba.gov.br/mt/>. Acesso em: 11 jul. 2024.

BOURDIEU, Pierre. A juventude é apenas uma palavra. In: BOURDIEU, Pierre. **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983. p. 112-121.

BRASIL. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação e dá outras providências. Diário oficial da União. Brasília, 2014. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm#anexo. Acesso em: 14 jul. 2024.

CARDOSO, Ruth Corrêa Leite; SAMPAIO, Helena. Estudantes Universitários e o trabalho. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (Anpocs), v. 9, n. 26, out. 1994.

CASTEL, Robert. **El ascenso de las incertidumbres**: trabajo, protecciones, estatuto del individuo. Buenos Aires, Argentina: Fondo de Cultura Económica, 2010.

COMIN, Álvaro Augusto; BARBOSA, Rogério Jerônimo. Trabalhar para estudar: sobre a pertinência da noção de transição escola-trabalho no Brasil. **Novos Estudos Cebrap**, n. 91, p. 75-95, nov. 2011.

CORROCHANO, Maria Carla. Jovens trabalhadores: expectativas de acesso ao ensino superior. **Avaliação**. v. 18, n. 1, p. 23-44, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/ZGDpVRbM3Hmj3fS3jyXYTb/>. Acesso em: 01 out. 2024.

CORROCHANO, Maria Carla. **Um trabalho com sentidos e direitos**: considerações para a (re) construção de políticas públicas de trabalho para jovens no Brasil. São Paulo: Ação Educativa, 2024. Disponível em: <https://acaoeducativa.org.br/publicacoes/>. Acesso em: 10 set. 2024.

DIEESE. Nem-nem ou sem-sem? Jovens querem trabalhar, mas não têm oportunidades no mercado. **Boletim Emprego em Pauta**. n. 27, p. 1-6, set. 2024. Disponível em: <https://www.dieese.org.br/boletimempregoempauta/2024/boletimEmpregoemPauta27.html>. Acesso em: 25 out. 2024.

FARIA, Ivan; OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus; SILVA FILHO, Aloisio Machado. Juventudes universitárias: as realidades da UEFS e da UFRB. In: MATOS, D. A. *et al.* (Org.). **Juventudes universitárias**: ingresso e permanência em perspectiva. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2023. p. 19-42.

FORACCHI, Marialice Mencarini. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.

FRANZÓI, Naira Lisboa *et al.* O estudante trabalhador na escola pública: um direito negado? **Arquivos Analíticos de Políticas Educativas**, v. 27, n. 136, p. 1-23, out. 2019.

GALLEÃO, Antonio Miranda. Trabalhadores-Estudantes: um desafio não explicitamente enfrentado por instituições de ensino superior. In: LOPES, Maura Corcini; SOUSA, José Vieira de; RODRIGUES, Doriedson do Socorro (Org.). **Educação como Prática de Liberdade**: políticas, trabalho e educação. Manaus: FUA; ANPED, 2022, v. 1. p. 129-139.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua - Notas técnicas**. v. 1. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

IBGE– Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa nacional por amostra de domicílios contínua** - Divulgação especial medidas de subutilização da força de trabalho no Brasil. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua / Educação 2023**. Brasília: IBGE, 2023a. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102068_informativo.pdf. Acesso em: 14 out. 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Microdados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua 2023**. Brasília: IBGE, 2023b. Disponível em: https://ftp.ibge.gov.br/Trabalho_e_Rendimento/Pesquisa_Nacional_por_Amostra_de_Domicilios_continua/Anual/Microdados/. Acesso em: 10 jun. 2024.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua** - PNAD Contínua: 2º trimestre de 2024. Rio de Janeiro: IBGE, 2024. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?t=series-historicas>. Acesso em: 07 set. 2024.

INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Censo da Educação Superior 2022**: sinopse estatística. Brasília, DF: Inep, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/aceso-a-informacao/dados-abertos/sinopses-estatisticas/educacao-superior>. Acesso em: 13 jun. 2024.

INTERNATIONAL LABOUR ORGANIZATION (ILO). **Global Employment Trends for Youth 2024**: Decent work, brighter futures. Geneve: ILO, 2024. Disponível em:

<https://www.ilo.org/publications/major-publications/global-employment-trends-youth-2024>. Acesso em: 13 jul. 2024.

JARDIM, Fabiana Augusta Alves; ALMEIDA, Wilson de Mesquita. Expansão recente do ensino superior brasileiro: (novos) elos entre educação, juventudes, trabalhos. **Linhas Críticas**, Brasília, v. 22, n. 47, p. 63 - 85, jan./abr. 2016.

JESUS, Josias Alves de. **A trajetória do trabalho no Recôncavo**: entre avanços e retrocessos. 2017. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional e Urbano) – Universidade Salvador, Laureate International Universities, Salvador, 2017. Disponível em <https://tede.unifacs.br/tede/handle/tede/658>. Acesso em: 10 ago. 2024.

LIMA, Uallace Moreira; DRUCK, Graça; FILGUEIRAS, Luis Antonio. Ajuste Fiscal e as Universidades Públicas Brasileiras: A Nova Investida do Banco Mundial. **Cadernos do CEAS**, v. 242, p. 602-634, 2017.

MATOS, D. A. *et al.* (Org.). **Juventudes universitárias**: ingresso e permanência em perspectiva. Cruz das Almas, BA: EDUFRB, 2023.

MARIUZZO, Patricia. Novas cores e contornos na Universidade: o perfil do estudante universitário brasileiro. **Ciência e cultura**. v. 75, n. 1, p. 1-6. Disponível em: <http://cienciaecultura.bvs.br/pdf/cic/v75n1/v75n1a12.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2024

MONTALI, L. Implicações das conjunturas de crise e de expansão sobre as famílias e a relação família-trabalho. **Revista Latinoamericana de Población**, v. 20, p. 117-148, 2017.

NOVAES, Regina. Os jovens de hoje: contextos, diferenças e trajetórias. In: ALMEIDA, Maria Isabel Mendes de; EUGENIO, Fernanda (orgs.). **Culturas jovens**: novos mapas do afeto. Rio de Janeiro: Zahar Ed., 2006. p.105-120.

OLIVEIRA, Alanna S.; FERREIRA, Ester W. Volume 4 – Emprego e Mercado de Trabalho em Feira de Santana e Municípios Seleccionados da Bahia: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista. In: FERREIRA, Ester W. (org.). **Estudo Socioeconômico do Município de Feira de Santana e Municípios Seleccionados no Estado da Bahia**: Camaçari, Salvador e Vitória da Conquista. Uberlândia-MG: Centro de Estudos, Pesquisas e Projetos Econômico-sociais (CEPES) /Instituto de Economia e Relações (IERI) Internacionais/Universidade Federal de Uberlândia (UFU), dezembro 2021. 129p. Disponível em: https://www.feiradesantana.ba.gov.br/seplan/arq/estudo/Volume_4_Emprego_mercado%2ode%2o_trabalho_em%2omodo%2ojustificado.pdf Acesso em: 30 set. 2024.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. **Filhos da precarização social do trabalho no Brasil**: um estudo sobre a juventude trabalhadora nos anos 2000. 2013. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2013.

OLIVEIRA, Luiz Paulo Jesus de. A Redundância da precarização social do trabalho juvenil na região metropolitana de Salvador nos anos 2000. In: DRUCK, Graça; SILVA, Jair Batista da. **Trabalho, precarização e resistências**: as múltiplas faces do trabalho. Salvador: EDUFBA, 2019. p. 159-181.

ROMANELLI, Geraldo. O significado da educação superior para duas gerações de famílias de camadas médias. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, v. 76, n. 184, p. 445-476, 1 jun. 1995. Disponível em: <https://rbep.inep.gov.br/ojs3/index.php/rbep/article/view/1178/917> Acesso em: 30 abr. 2024

SENKEVICS, Adriano. A expansão recente do ensino superior: cinco tendências de 1991 a 2020. **Cadernos de estudos e pesquisas em políticas educacionais**, v. 3, n. 4, p. 199-246, 2021. Disponível em: <http://cadernosdeestudos.inep.gov.br/ojs3/index.php/cadernos/article/view/4892>. Acesso em: 10 jan. 2022.

SPOSITO, Marília Pontes *et al.* (Coord.). **O trabalhador-estudante**: um perfil do aluno do curso superior noturno. São Paulo: Loyola, 1989.

SPOSITO, Marília Pontes. Considerações em torno do conhecimento sobre juventude na área de educação. In: SPOSITO, Marília Pontes (Org.). **Juventude e escolarização**. Brasília: Comped/INEP/MEC, 2002, v. 1. p. 7-33.

SPOSITO, Marília Pontes; TARÁBOLA, Felipe de Souza. Entre luzes e sombras: o passado imediato e o futuro possível da pesquisa em juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, v. 22, n. 71, 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/vfBc8tYbPhHQkVwLB6QKC7B/?lang=pt>. Acesso em: 10 mar. 2024.

TARTUCE, Gisela Lobo Baptista Pereira. **Tensões e intenções na transição escola-trabalho**: um estudo das vivências e percepções de jovens sobre os processos de qualificação profissional e (re)inserção no mercado de trabalho na cidade de São Paulo. 2007. 441f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

TERRIBILI FILHO, Armando. **Educação superior no período noturno**: impacto do entorno educacional no cotidiano do estudante. 2007. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Filosofia e Ciências, Universidade Estadual de São Paulo, UNESP, Marília, 2007. Disponível em: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/104842/terribilifilho_a_dr_mar.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 mar. 2024.

TOMMASI, Livia de; CORROCHANO, Maria Carla. Do qualificar ao empreender: políticas de trabalho para jovens no Brasil. **Estudos Avançados**, n. 34, v. 99, p. 353-371, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/HffJZGdxz6Z36cqybFwQ5nH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 03 set. 2024.

TRÓPIA, Patrícia Vieira; SOUZA, Davisson Charles Cangussu de. As portas permanecem semiabertas: estudantes trabalhadores nas universidades federais. **Pro-Posições**, v. 34, p. 1-29, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pp/a/S3ZQy57p6XDSrv5GZHzCfkSJ/>. Acesso em: 03 mai. 2024.

VARGAS, Hustana Maria; PAULA, Maria de Fátima Costa de. A inclusão do estudante-trabalhador e do trabalhador-estudante na educação superior: desafio público a ser enfrentado. **Avaliação**: Revista da Avaliação da Educação Superior, v.18, p. 459-485, 2013. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/aval/a/VmmLwb3h8zbnsKVnJRKqDz/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 03 mai. 2024.

Dados de autoria

Luiz Paulo Jesus de Oliveira

Doutor em Ciências Sociais – UFBA. Professor Associado, Centro de Humanidades, Artes e Letras (CAHL), Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB), Campus de Cachoeira/Ba. Professor do Programa de Pós-Graduação em Educação do Campo, do Centro de Formação de Professores (CFP) da UFRB. Pesquisador Associado ao Centro de Estudos e Pesquisas em Humanidades (CRH/UFBA). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Juventude (GEPJUV/CNPq). Tem experiência de pesquisa nas áreas temáticas sobre juventude e precarização do trabalho, juventude e educação; trabalho e educação do campo e formação de professores de sociologia na educação básica. E-mail: luzpaulo@ufrb.edu.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-3726-1939>.

Ivan Faria

Doutor em Educação - UFMG. Professor Adjunto do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual de Feira de Santana (UEFS). É líder do grupo de pesquisa TRACE - UEFS, e membro do Observatório da Juventude - UFMG. E-mail: ivanfaria@uefs.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6485-1662>.